

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 3631178 - DLOG-SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

Em atenção a Ordem de Serviço n.º 02/2023, consoante Lei 14.133/22, art. 18, parágrafo 1º, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar a fim de subsidiar processo licitatório para a contratação da prestação de serviços de recepção para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com atuação nas recepções da área administrativa da Casa.

O presente estudo foi realizado pela equipe técnica da Divisão de Serviços Complementares.

### **I ) Da necessidade da contratação.**

A pretendida contratação tem como fundamento a necessidade da função de recepção (CBO 4221-05) na Assembleia Legislativa. Tais atribuições não fazem parte do rol de atividades do quadro técnico de servidores do Parlamento. Por trata-se de atividade meio, concluímos que a melhor forma de atender a necessidade dos serviços seria através da terceirização. As atividades já vêm sendo desempenhadas dessa forma nos últimos anos, com resultado satisfatório. Os serviços de recepção agregam agilidade e melhor distribuição de tarefas nos setores administrativos, na medida em que poupam os servidores dessas atividades mais simples propriamente de recepção.

### **II) Demonstração da previsão da contratação no Plano de Previsão Anual (item dispensável, conforme justifica-se).**

Plano de Previsão Anual detalhado está em fase de elaboração pelo Departamento de Logística para este tipo de objeto. Objeto definido pela necessidade dos serviços nos últimos anos.

### **III) Requisitos da Contratação (item dispensável, conforme justifica-se).**

O principal requisito para a contratação pretendida é que a empresa tenha profissionais capacitados para a execução das atividades constantes nas especificações técnicas previstas no Termo de Referência

### **IV) Estimativa das Quantidades**

Descrição da Atividade

Quantidade de profissionais

**V) Levantamento de Mercado** (item dispensável conforme justifica-se)

Serviços de natureza comum, não há, portanto, necessidade de pesquisa de contratações similares quanto a definição do objeto para demonstrar a alternativa mais vantajosa, uma vez que se restringe ao menor preço que será ofertado na licitação.

**VI) Estimativa do Valor da Contratação**

Conforme contrato 43/2019 da ALRS, o posto de trabalho a ser contratado tem um custo unitário de R\$ 3.429,82. Porém, é necessária a coleta de orçamentos para confirmar a viabilidade desse valor para fins de referência em certame licitatório.

**VII) Descrição da Solução**

Recorremos ao contrato de prestação de serviços com prazo de 12 (doze) meses, uma vez que o resultado satisfatório no atendimento das demandas de recepção justifica a necessidade de equipe permanente, em locais fixos que já vêm sendo ocupados pelos terceirizados.

**VIII) Demonstrativo dos Resultados**

Eficiência. Agilidade.

- Considerando a real necessidade de profissionais que estejam à disposição dos setores administrativos para atender as demandas pelos serviços de recepção.
- Preservar a qualidade nos serviços de recepção aos usuários internos e externos do Parlamento, considerando a destreza e o treinamento da equipe a ser contratada.

**IX) Providências Prévias ao Contrato**

Organização de espaço físico com vestiários e local para a equipe residente.

**X) Contratações Correlatas**

Contrato nº 43/2019 que encerra em 17 de novembro de 2024.

**XI) Impactos Ambientais**

Impacto Ambiental de baixa monta considerando que não há descarte de materiais nem uso de poluentes.

**XII) Viabilidade da Contratação**

Posiciona-se, portanto, a Divisão de Serviços Complementares, tendo por base este Estudo Técnico Preliminar (ETP), pela realização de certame licitatório para a contratação do objeto em questão.

Viabilidade Técnica - custo de aquisição mensal estimado conforme item VI; riscos possíveis de pequena monta, mas gerenciáveis no quesito operacional abaixo descrito.

Viabilidade Operacional - contratação de prestação de serviços de natureza comum; sanções administrativas serão previstas para possíveis descumprimentos contratuais.

Viabilidade Orçamentária - competência do Departamento de Orçamento e Finanças após autorização da autoridade competente quanto a deflagração do processo licitatório para aquisição.

Aprovam e assinam o presente documento,



Documento assinado eletronicamente por **Greice Wasckburger Steiernagel, Coordenador(a)**, em 12/06/2024, às 16:38, conforme o art. 4º, § 3º, da Resolução nº 3.145/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Ferreira Pereira, Diretor(a)**, em 17/06/2024, às 17:19, conforme o art. 4º, § 3º, da Resolução nº 3.145/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](https://sei.al.rs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) ou acessando [https://sei.al.rs.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.al.rs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3631178** e o código CRC **A218F9DB**.